

ORSER, C. E. (Ed.). *Race and the archaeology of identity*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2001. 260 p.

*Pedro Paulo A. Funari**

Raça não é um tema que muitos estudiosos, mesmo arqueólogos, associam à pesquisa arqueológica. Orser e os treze autores deste volume procuram mostrar que raça e racismo são temas relevantes, se estudados pelo prisma da cultura material, tanto para arqueólogos como para historiadores interessados em abordagens menos restritas do passado. Embora os estudos do volume restrinjam-se aos Estados Unidos e Jamaica, eles oferecem um precioso manancial metodológico que pode inspirar estudiosos de outras realidades, como é o caso do Brasil.

Orser, na introdução, ressalta que não se pode retirar a categoria raça do estudo da sociedade americana, fundada na oposição entre brancos e negros. Lembra que a Arqueologia Histórica foi criada nos Estados Unidos, e mantida em muitos lugares, como uma área de pesquisa conservadora, visando dar legitimidade material para a ideologia nacional, por meio de escavações dos vestígios de ricos e famosos, observação que se pode aplicar também ao Brasil. Nos últimos anos, contudo, o estudo da cultura material descortinou horizontes mais amplos, como atestam os capítulos recolhidos pelo organizador. Elizabeth M. Scott começa sua análise do racismo em uma comunidade colonial de comércio de peles lembrando que, há não muito tempo, irlandeses e judeus não eram considerados 'brancos'. No século XVIII, além da cor da pele, serviam para classificar como 'não-brancos' a religião (como a católica),

* Professor do Departamento de História, IFCH-Unicamp.

a língua (como o francês), as vestimentas, arquitetura, dieta e mesmos as maneiras de tratar os indígenas. Os franceses casavam-se com os nativos e os catequizavam, enquanto os britânicos não o faziam e os desprezavam por isso. A construção das casas francesas, com postes (*poteaux-en-terre*), diferenciava-se das feitas pelos britânicos, que as consideravam verdadeiras cabanas indígenas. Também as dietas, reconstruídas pelos vestígios alimentares, diferenciavam franceses católicos, que comiam castores (considerados como carne branca e, por isso, substituto da carne vermelha, vedada aos católicos nas sextas-feiras e em certos períodos do ano), dos anglo-britânicos.

Ywone Edwards-Ingram trata dos medicamentos afro-americanos. Começa por lembrar que, em 1662, os legisladores decidiram que os filhos de escravas herdariam o estatuto servil materno. As negras empregaram remédios para dominar suas próprias vidas, segundo se deduz dos vestígios materiais ligados ao uso de medicamentos populares. Terrence W. Epperson trata da distinção, na Virgínia do século XVII tardio, entre escravos cristãos e escravos negros, e da criação, gradativa, do conceito de raça como meio de oprimir, de forma inescapável, categorias sociais privadas de liberdade. Christopher N. Matthews, em seu estudo de Annapolis e New Orleans, no século XVIII, mostra como a adoção de arquitetura permanente, por parte dos ricos, com o uso de tijolos, pedras e fundações subterrâneas profundas, serviu para mostrar a superioridade social da elite de Annapolis sobre a população comum, restrita à arquitetura vernacular temporária. Já em New Orleans o estudo da cerâmica, em particular da presença indígena, indica ter havido aí um processo de criolização. Assim, em Annapolis as diferenças de raça foram enfatizadas e em New Orleans minimizadas.

Maria Franklin, em seu belo estudo sobre o que chama de “comida do espírito” (*soul food*), em trocadilho com *soul music*, demonstra que negros e brancos pobres compartilhavam dieta semelhante, em Williamsburg colonial, contrariando as expectativas geradas por uma certa historiografia. Laurie A. Wilkie utiliza-se de conceitos de Habermas para procurar entender a construção da identidade racial nos Estados Unidos. Robert Paynter estuda o culto da branquidão (*whiteness*) na Nova Inglaterra ocidental, a começar pela crítica à noção de que ali as presenças indígena e africana tenham sido, historicamente, muito marginais. A presença e a persistência de comunidades africanas e nativas

contradizem a noção de que a Nova Inglaterra fosse puramente européia, mostrando os vestígios materiais híbrido, com uma mescla de elementos culturais. Mark Leone e Gladys-Marie Fry constatam que, em Annapolis, a pesquisa arqueológica revelou uma cultura material afro-americana bem definida, na forma de bens religiosos pouco visíveis para a comunidade branca dominante. Esses autores propõem outras pesquisas que venham a mostrar que isso deve ter ocorrido em grande parte do sudeste da América do Norte, por dois séculos e meio.

Paul R. Mullins volta-se para o estudo de objetos irrelevantes, bric-a-brac, figurinhas de porcelana. Na segunda metade do século XIX, o consumo de coisas exóticas já não era apanágio de uma elite aristocrática, pois a indústria de massa permitiu a produção em série de quinquilharias a baixo preço. O uso desse material burguês por afro-americanos, mais do que simples falsa consciência, revela seu uso como veículo de crítica social. James A. Delle trata da luta social na Jamaica, no contexto da ação dos missionários e da interpretação afro-jamaicana do movimento Batista, que enfatizava a liberação social, não a submissão. Mostra como os assentamentos nos conglomerados organizados pelos senhores (*townships*) tinham uma estrutura material voltada para o controle dos movimentos dos negros. Conclui que a criação dessas *townships* nas periferias dos latifúndios, no século XIX, era parte de uma estratégia mais ampla de limitação da liberdade dos antigos escravos alforriados. A cultura material dos negros livres também é estudada por Theresa Singleton, no período anterior à Abolição, no sul dos Estados Unidos. Para isso, volta-se para as casas de dois negros livres, William Johnson e Hannah Jackson. William, no início do século XIX, tornou-se proprietário de escravos e buscava seguir o que considerava serem os padrões superiores dos brancos, expressando então sua casa e os seus artefatos (como cerâmica, vidro, mas também violino e piano) a sua intenção de integrar-se ao universo cultural dominante. Hannah, uma lavadeira, ao contrário, deixou vestígios arqueológicos que indicam uma vida espartana e pouco preocupada com a cultura material dominante.

A pesquisa arqueológica fornece, portanto, oportunidades ímpares para o estudioso, apresentando uma pletora de dados que complementam ou mesmo contradizem as informações derivadas das fontes escritas. Isto é particularmente válido no que se refere ao estudo dos estratos sociais mais subjugados, na medida em que os documentos escritos, não

raras vezes, refletem opiniões de classe muito distantes das realidades e sentimentos subalternos. O estudo das comunidades de origem africana, neste contexto, tem muito a ganhar com a incorporação, na pesquisa histórica, do estudo da cultura material, por meio dos vestígios arqueológicos. Muitos dos temas abordados neste volume poderiam encontrar correlatos no Brasil, já que a presença africana em nossa História não pode ser subestimada. Além dos estudos arqueológicos dos quilombos, já consolidado em nosso meio, há espaço para uma ampliação dos estudos da cultura material, tanto nas fazendas escravistas, como nas cidades e, já no período republicano, nos ambientes populares em geral. A leitura deste volume poderá inspirar também os estudiosos brasileiros preocupados com uma visão crítica do passado.